



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata de Reunião Ordinária do Comitê
Institucional de Governança da Universidade
Federal de Sergipe.

1
2
3
4
5 Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quarenta e
6 cinco minutos, na Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores, localizada no prédio da Reitoria, na Cidade
7 Universitária Prof. José Aloísio de Campos, reuniu-se, em caráter ordinário, o Comitê Institucional de
8 Governança da Universidade Federal de Sergipe, sob a presidência da Reitora *pro tempore*, Prof^a Dr^a
9 Liliádia da Silva Oliveira Barreto. A reunião foi acompanhada pelos seguintes membros: Pedro Durão,
10 Vice-Reitor *pro tempore*; Glaucia Barreto Gonçalves, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis; Kleber
11 Fernandes de Oliveira, Pró-Reitor de Planejamento; Thais Ettinger Oliveira Salgado, Pró-Reitora de Gestão
12 de Pessoas; Ricardo José Paiva de Britto Salgueiro, Pró-Reitor de Graduação; Michel dos Santos Soares,
13 Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa; Uziel Santana dos Santos, Pró-Reitor de Extensão; Abel Smith
14 Menezes, Pró-Reitor de Administração; Antônio Américo Cardoso Júnior, Superintendente de Serviços de
15 Infraestrutura; Estelamaris da Costa Pina, Superintendente de Tecnologia da Informação e Coordenadora
16 do Comitê de Governança Digital; Fred Amado Martins Alves, Coordenador do Comitê de Gestão do
17 Programa de Integridade; Maíra Carneiro Bittencourt Maia, Coordenadora do Comitê de Comunicação e
18 Transparência; Marcos Vinícius Nascimento Gonzalez Castaneda, Coordenador do Comitê de Gestão de
19 Riscos e Controles; Prof. Jefferson David Araújo Sales, Membro do Subcomitê de Gestão do Programa de
20 Integridade; Patrícia Tavares de Araújo, Coordenadora da Auditoria Interna; André Luis Oliveira Feitosa,
21 Auditor; e por mim, Vinícius Andrade de Jesus, que secretariei a reunião. A Magnífica Reitora *pro tempore*
22 iniciou os trabalhos, dando as boas-vindas e agradecendo a todos pela presença. Em seguida, passou a
23 palavra para o Vice-Reitor *pro tempore*, Prof. Pedro Durão, Coordenador Executivo do Comitê, que realçou
24 a importância do comitê para a atual gestão *pro tempore* e destacou a proposta de se acelerar a
25 desburocratização dos procedimentos que viabilizam direitos para os servidores. Passou-se a palavra então
26 ao Sr. Fred Amado, que explicou em que consiste a governança: em linhas gerais, trata-se de um corpo
27 diretivo-estratégico da instituição que permitirá a tomada de decisões de forma articulada entre os setores
28 que gerem a universidade, unificando os planos de ação numa só liderança. A UFS instituiu seu Comitê
29 Institucional de Governança (CIG) nos moldes do já adotado pela Presidência da República, sendo
30 composto pela alta administração (Reitor e Vice-Reitor), pró-reitorias, superintendências, auditoria e
31 comitês temáticos. Esses comitês gerarão demandas que serão apreciadas pelo CIG, que deverá deliberar
32 sobre as questões estratégicas. Trata-se, portanto, de uma iniciativa de modernização e desburocratização
33 da máquina pública. Nesse sentido, a Reitora frisou a importância de se dar visibilidade ao público quanto
34 às ações tomadas pela universidade. Isso dito, foi apresentada a pauta da reunião: 1. Programa de Gestão e
35 Teletrabalho; 2. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); 3. Plano Diretor Estratégico (PDE); 4.
36 Ações afirmativas; 5. Decreto nº 10.139/2020; 6. Criação da Comissão Executiva de Gestão de Riscos,
37 Controles e Integridade; 7. Atividades presenciais e remotas: graduação e pós-graduação; 8. Ofício ME -
38 Contratação de professores; 9. O que ocorrer. **1 – Programa de Gestão de Teletrabalho;** A Profa. Thaís
39 tomou a palavra para discorrer sobre a possibilidade de se instituir o modelo de teletrabalho na universidade,
40 conforme Instrução Normativa nº 65 do Ministério da Economia, que estabelece orientações para a adoção
41 desse regime nos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
42 (SIPEC). Foi instituída uma comissão para a apresentação de um relatório em 45 dias: será emitido um
43 documento sobre o que gestores e técnicos entendem sobre a normativa e como essa forma de trabalho
44 poderia ser benéfica para eles. Esse relatório com o estudo inicial será apresentado até o dia 4 de março. A
45 professora ressaltou que deverá ser realizado um processo de orientação e conscientização, inclusive para
46 destacar a diferença entre teletrabalho e trabalho remoto, e esclarecer outros detalhes sobre a instrução
47 normativa, direitos e deveres dos servidores. A ideia é que a comissão estude e investigue o que é cabível
48 na estrutura da UFS. O modelo, portanto, não será adotado de forma imediata, pois será necessário proceder
49 a um teste numa unidade piloto, com um sistema próprio para essa efetivação. A comissão trabalha na
50 elaboração de uma minuta contendo a regulamentação do modelo que será então apresentada ao CIG, para
51 posterior encaminhamento ao Conselho Universitário (CONSU). A comissão também está analisando
52 modelos utilizados por outras universidades que já adotaram essa forma de trabalho. Frisou também que
53 será necessária uma autorização do Ministério da Economia da proposta de modelo que a UFS vier a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

1 preparar. Haverá no próximo dia 11 de março uma mesa redonda com a Pró-reitora de Gestão da
2 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para discutir sobre a experiência lá realizada, seus
3 aspectos positivos e negativos. Atualmente as plataformas SIG propõem um questionário sobre o tema para
4 gestores e logo haverá um questionário para todos os servidores técnico-administrativos. **2 – Plano de**
5 **Desenvolvimento Institucional (PDI);** O Coordenador do Comitê de Gestão e Riscos e Controles, Sr.
6 Marcos Vinícius Castaneda, explicou que o governo federal pretende que o Plano de Desenvolvimento
7 Institucional dos órgãos federais seja um plano estratégico, contendo as perspectivas de desenvolvimento
8 da instituição para os próximos cinco anos. Por ser um documento de projeção, a participação de todas as
9 unidades gestoras com representação no CIG é fundamental. O PDI que está sendo elaborado se referirá ao
10 período de 2021 a 2025. Algumas das dimensões a serem abordadas pelo plano incluem a política de ensino,
11 pesquisa e extensão, organização e gestão, infraestrutura física, planejamento e avaliação, gestão de riscos
12 etc. Na gestão de riscos, serão levantados alguns indicadores, como a melhoria da graduação, por exemplo,
13 e serão analisados os riscos envolvidos. O coordenador ainda destacou que é necessário fazer a avaliação
14 dos resultados obtidos pelo PDI anterior, referente ao período 2016-2020, o que será discutido pela CPA.
15 Estão sendo atualizados os indicadores obtidos por esse PDI, com a participação das pró-reitorias, e deverá
16 ser emitido um documento contendo informações atualizadas, de modo que se viabilize uma discussão mais
17 ampla das projeções a serem contempladas pelo PDI 2021-2025. Outro documento importante sublinhado
18 pelo coordenador é o PPI – o Plano Pedagógico Institucional. Ele apresenta a metodologia de trabalho de
19 ensino e de pesquisa que a universidade desenvolve, sendo, desse modo, um tema que toca especificamente
20 os setores ligados à graduação e à pós-graduação. O trabalho já foi iniciado e continua sendo realizado. O
21 Prof. Antônio Américo pediu a palavra para questionar se já há algum levantamento do comitê sobre a
22 questão da infraestrutura física. O Sr. Marcos Vinícius esclareceu que se está estruturando um trabalho para
23 começar a executar o gerenciamento de riscos também nesse aspecto. **3 – Plano Diretor Estratégico**
24 **(PDE);** O Prof. Jefferson tomou a palavra para tratar da elaboração do Plano Diretor Estratégico (PDE).
25 Esse plano propõe a criação de uma metodologia para orientar pró-reitorias e superintendências sobre como
26 proceder em suas ações. É um documento que está na sua quarta versão, e que passa ainda por um processo
27 de maturação. A motivação é melhorar a estratégia das unidades, alinhando o que cada setor está realizando
28 e como ele realiza suas tarefas. Também se almeja melhorar a gestão, com o mapeamento dos processos,
29 inclusive com o objetivo de identificar pontos de dificuldade. Usa-se a balança do *score card*, que engloba
30 cinco indicadores na unidade: governança, sustentabilidade, processos e tecnologia, público-alvo (interno),
31 pessoas (usuários). Trata-se, portanto, de um trabalho que permitirá ao gestor exigir resultados, conforme
32 as determinações delineadas no plano. Para isso, serão executadas três etapas: a) levantamento da situação
33 atual; b) preenchimento de um instrumento do PDE por cada unidade; c) gerenciamento, acompanhamento
34 e controle (mensal ou trimestral), com a verificação dos resultados. Contudo, antes de se proceder à
35 implementação do referido instrumento, será necessário realizar uma interlocução com os pró-reitores para
36 a apuração dos itens nele constantes. A proposta é que o PDE da instituição seja revisto a cada dois anos,
37 de modo a garantir que haja tempo hábil para sua maturação e devida execução. A Superintendente de
38 Tecnologia da Informação, Sra. Estelamaris, pediu a palavra para ressaltar a necessidade de uma equipe de
39 suporte constante para execução desse plano: é a ideia do escritório de processos. A Reitora *pro tempore*
40 agradeceu pelos esclarecimentos, e salientou que será preciso que haja acesso e compreensão facilitados na
41 formação dos planos que estão sendo elaborados. O Sr. Fred enfatizou que a ideia do PDE surge na esteira
42 do desenvolvimento de uma cultura do planejamento estratégico das unidades. As pró-reitorias atuam em
43 questões essenciais para a vida acadêmica e administrativa da universidade, num trabalho que envolve
44 muito dinheiro e muitas vidas, o que implica a necessidade de se criar, nas unidades, a cultura de coletar
45 dados e, com isso, gerar indicadores. Nesse sentido, o PDE será complementar ao PDI. A Sra. Estelamaris
46 concordou com a importância desse planejamento, mas aduziu que a criação de um mecanismo de execução
47 muito complexo ou demasiadamente sofisticado pode acabar causando estranheza nos usuários e se tornar
48 ineficaz. O Prof. Ricardo questionou se se dispõe de um cronograma para sua implementação. O Prof.
49 Jefferson informou que cada pró-reitoria poderia designar um servidor de sua escolha para avaliar o trabalho
50 que já foi realizado até o momento. O mapeamento dos processos relativos aos setores vinculados à
51 PROGEP, por exemplo, já está praticamente concluído. **4 – Ações afirmativas;** O Prof. Ricardo Salgueiro
52 informou o comitê sobre a existência de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a UFS
53 e o Ministério Público Federal. O TAC determinou à universidade que apurasse denúncias de fraudes



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

1 realizadas por alunos aprovados dentro das cotas destinadas a candidatos pretos, pardos ou indígenas (PPI).
2 A Pró-Reitoria de Graduação montou uma banca de heteroidentificação, que já avaliou os casos de 19
3 estudantes denunciados no Sisu 2020, e espera-se que, até o fim de março, todos os demais casos de
4 denúncias já tenham sido submetidos ao processo de aferição, com o posterior encaminhamento dos
5 pareceres ao MPF. O professor também informou que a próxima matrícula institucional dos novos discentes
6 terá uma etapa intermediária para os alunos que se declararam cotistas: antes de concluir a matrícula, ele
7 deverá se submeter a uma banca que realizará o procedimento de aferição e heteroidentificação. Trata-se
8 de um trabalho significativamente extenso, pois envolve a disponibilização de infraestrutura, gravação das
9 entrevistas, aplicação do protocolo de biossegurança, grande número de alunos a serem convocados etc. O
10 Prof. Ricardo realçou o amplo trabalho que a PROGRAD e a POSGRAP têm realizado em pouco tempo,
11 de modo a garantir que a UFS honre com o compromisso firmado no TAC. A universidade também está
12 criando uma comissão permanente que tratará das questões que envolvam ações afirmativas de cunho racial,
13 de modo a unificar os critérios de heteroidentificação nos diversos procedimentos seletivos de admissão de
14 discentes, docentes e técnicos administrativos. O Prof. Michel tomou a palavra para informar que a Pró-
15 Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa também foi instada a realizar esse procedimento de
16 heteroidentificação com os alunos admitidos. Numa reunião realizada com os Profs. Roberto e Edineia, do
17 Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), foi informado que seria impossível realizar a
18 heteroidentificação dos aprovados em processos seletivos de pós-graduação antes da matrícula desses
19 alunos. A data designada para sua realização foi o dia 22 de março do corrente ano. O professor salientou
20 que o TAC foi assinado em janeiro de 2020, mas que, desde então, já houve dois períodos de publicação
21 de editais de seleção pelos programas de pós-graduação: em abril e setembro de 2020. Esses editais não
22 previam qualquer procedimento de aferição da cor da pele. O Prof. Michel destacou a dificuldade de
23 implementação desses procedimentos. A Profª. Glaucia solicitou que se esclarecesse como os ingressantes
24 cotistas deverão passar por duas avaliações diferentes: a social e a racial. O Prof. Ricardo distinguiu os dois
25 casos: a) atualmente apuram-se somente as denúncias realizadas quanto a possíveis fraudes, sendo os
26 pareceres da banca de heteroidentificação repassados para o MPF, que tomará as decisões que lhe
27 couberem; b) no entanto, a partir das próximas admissões, deverá haver uma análise prévia de todos os
28 alunos que fizerem a declaração de que são pretos, pardos ou indígenas. Essa análise ocorrerá antes da
29 conclusão da matrícula. O objetivo é impedir que o aluno que não tenha direito à cota PPI se torne aluno
30 da instituição antes da matrícula, de modo que não se gere o vínculo. Isso não impedirá que a Pró-Reitoria
31 de Assuntos Estudantis siga realizando o trabalho de aferição das condições socioeconômicas dos
32 ingressantes, o que já constitui outra etapa. **5 – Decreto nº 10.139/2020**; O Sr. Fred apresentou a obrigação
33 instituída pelo citado decreto quanto à revisão e consolidação de atos normativos da instituição. Explicou
34 que o ato normativo é uma norma jurídica que fixa regras, padrões e obrigações gerais, para pessoas ou
35 unidades em abstrato, e que os atos normativos de que se dispõe na UFS são as Resoluções dos dois
36 Conselhos Superiores, as portarias do Gabinete do Reitor, e as instruções normativas das pró-reitorias. A
37 Sra. Patrícia acrescentou que as deliberações no âmbito do CIG também deveriam ser emitidas por meio de
38 resoluções que também seriam atos normativos. A UFS emitiu a Portaria nº 736, em 24 de setembro de
39 2020, estabelecendo as fases de execução desse trabalho de revisão: a) triagem; b) exame de cada ato; c)
40 consolidação e revogação. O Sr. Fred destacou que é um trabalho focado na clareza das normas. Seria,
41 inclusive, importante dispor de uma comissão que passasse a analisar a minuta das resoluções dos conselhos
42 para avaliar se as propostas de novas normas são legais e institucionais, e também para evitar
43 impropriedades jurídicas. A fase da triagem foi concluída e obteve o seguinte resultado: 811 portarias
44 emitidas entre 1970 e 2016 seriam atos normativos. Há também 364 resoluções do CONSU e 1275
45 resoluções do CONEPE. Será preciso analisar cada um desses documentos para apurar o que já foi
46 revogado, o que está caduco, etc. O prazo estipulado pelo decreto é 30 de novembro de 2021. Até essa data,
47 a universidade deverá dispor de um site com glossário, em HTML, com todas as normas organizadas e
48 classificadas. O Sr. Fred informou que ainda deverá ser feita uma análise pelas pró-reitorias,
49 superintendências e centros de modo a identificar quais normas por eles emitidas estão atualizadas e o que
50 pode ser feito para melhorá-las. Devem ser criados grupos de trabalho nas pró-reitorias, a serem articulados
51 com o Gabinete da Reitora. O setor jurídico da instituição deve estar ligado nesse processo para oferecer o
52 suporte necessário. Em seguida as pró-reitorias devem realizar o exame dessas normas e sua consolidação,
53 instituindo grupos de trabalho e designando servidor para monitoramento, com a elaboração e disposição



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

1 do trabalho final numa página eletrônica. A Reitora *pro tempore* propôs a realização de uma pesquisa para
2 que se dê visibilidade a esse trabalho de triagem e exame da carga normativa, que é um trabalho de bastante
3 fôlego, com a importância da integração das normas. O Sr. Fred sugeriu que o gabinete institua uma
4 comissão permanente vinculada aos Conselhos Superiores para que ela analise a questão da juridicidade e
5 forma das propostas normativas apreciadas pelos conselhos. Seria uma forma de apoiar os conselheiros, em
6 caso de necessidade. O trabalho da comissão seria em paralelo com o relator, sem alteração do prazo
7 regimental. O Prof. Uziel destacou a dimensão do trabalho a ser realizado, realçando dois pontos a serem
8 considerados: a) é importante confrontar a revisão normativa com o mapeamento dos processos, pois ocorre
9 que, às vezes, se produz uma norma que estabelece um procedimento que não corresponde à realidade
10 operacional do setor; b) estudar também o que ocorreria caso a análise jurídica de eventual comissão
11 permanente emitisse parecer aconselhando a não aprovação de uma norma: como se resolveria esse conflito.
12 De modo pragmático, uma discussão inicial consiste em refletir sobre a viabilidade da comissão e estudar
13 como ela se adequa com a estrutura da Procuradoria Geral. O Sr. Fred propôs, portanto, que a comissão
14 seja composta por membros que examinem os aspectos legais das minutas, e por outros que tenham
15 conhecimento sobre o mapeamento dos processos das unidades, de modo a se produzir uma resolução com
16 texto jurídico adequado e em consonância com as rotinas administrativas executadas por cada unidade. **6 -**
17 **Criação da Comissão Executiva de Gestão de Riscos, Controles e Integridade;** O Sr. Marcos Castaneda
18 informou que o Prof. Kleber havia elaborado o primeiro plano de gestão de riscos da universidade. É o que
19 tem sido adotado até o momento. Existe uma reformulação da política de gestão de riscos que ainda não foi
20 aprovada, porque espera-se uma articulação entre os quatro comitês temáticos da governança. Está também
21 em discussão a metodologia a ser aprovada. No momento, será preciso executar a gestão de riscos: serão
22 utilizados o mapeamento de processos e demais informações coletadas para a elaboração do PDE, mas o
23 trabalho da gestão de riscos em si envolve documentação, acompanhamento de legislação e controle –
24 levantam-se os riscos iminentes em todas as atividades exercidas pela instituição, acompanhando-se essas
25 atividades com sugestões de melhorias e a comunicação intensiva entre os setores (licitação, por exemplo).
26 O ideal é que haja uma comissão executiva que realize esse acompanhamento. Sabe-se que há uma limitação
27 de pessoal, mas é preciso que haja um coordenador lotado nessa comissão para dirigir os trabalhos. A
28 Controladoria Geral da União (CGU) questionou recentemente a universidade sobre a sua gestão de riscos.
29 A UFS já tem a sua política e a metodologia, mas há uma dívida no tocante à execução. Por fim, sublinhou
30 que a comissão executiva também atuará no âmbito da integridade, atuando nas questões éticas. Submetida
31 à apreciação do Comitê, a recomendação de criação Comissão Executiva de Gestão de Riscos, Controles e
32 Integridade foi aprovada por unanimidade e será dirigida ao Gabinete da Reitora. **7 - Atividades**
33 **presenciais e remotas: graduação e pós-graduação;** A Profa. Thaís iniciou o ponto da pauta informando
34 que a portaria nº 1038 do Ministério da Educação autoriza o retorno às atividades acadêmicas presenciais
35 nas instituições federais de ensino superior a partir de 1º de março de 2021. A professora salientou que é
36 necessário dispor de um melhor planejamento para esse retorno, com a ideia de realizá-lo gradualmente. O
37 Prof. Kleber está trabalhando atualmente na elaboração de um plano de retorno gradual, e propõe-se que
38 seja editada uma portaria que unifique todos os temas envolvidos: como será esse retorno gradual de fato,
39 os critérios de biossegurança, a especificação das fases, a flexibilidade de jornada, a dispensa dos docentes
40 e discentes identificados como pertencentes aos grupos de risco, a análise da equipe de pessoal quanto às
41 escalas de trabalho presencial e remoto etc. Nesse sentido, está sendo realizada uma discussão sobre a
42 atualização do protocolo de biossegurança, atentando-se para a preocupação de produzir um protocolo
43 unificado para todos os campi e polos de ensino a distância. Mas é preciso que haja esse protocolo
44 atualizado, e aprovado pelo CONSU, para que se possa afirmar que se passará a uma fase de retorno gradual.
45 Até o dia 26 de fevereiro, será encaminhada a minuta da portaria que estabelecerá as etapas e os planos das
46 unidades de graduação nesse retorno. O Prof. Antônio Américo informou que foram adquiridas 5 mil
47 máscaras de proteção no estilo *face shield*, de distribuição e reaproveitamento mais fáceis do que as
48 máscaras descartáveis. Quanto a estas, não se dispõe de estoque necessário para distribuição integral e
49 contínua numa escala diária. Com base no protocolo de biossegurança, a Profa. Máira informou que a
50 Diretoria de Editoração e Comunicação Audiovisual trabalhará sobre a campanha visual, com a edição dos
51 materiais necessários, como cartazes, panfletos, vídeos e divulgação em redes sociais. A Profa. Thaís
52 ressaltou que também deverá ser feito um trabalho junto às empresas terceirizadas para instruí-las e prepará-
53 las quanto ao retorno das atividades presenciais. A Sra. Estelamaris destacou que uma dificuldade percebida



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

1 é a falta de regulamentação mais clara quanto às condições de autorização e execução do trabalho remoto
2 pelos servidores. A Profa. Thaís reiterou que a minuta da portaria também determinará de modo mais claro
3 como gerenciar esse retorno gradual dos servidores técnico-administrativos. **8 - Ofício ME - Contratação**
4 **de professores;** A Profa. Thaís pediu a atenção de todos para o déficit de força de trabalho que há na
5 universidade como um todo, embora haja também um aproveitamento não otimizado da força disponível.
6 Ocorre frequentemente que, quando o professor efetivo se afasta, por quaisquer motivos, contratam-se
7 professores substitutos. Havia o receio por parte da PROGEP quanto à possibilidade de se contratarem dois
8 professores substitutos com carga horária de 20 horas semanais para substituir um professor efetivo com
9 carga horária de 40 horas. O Procurador informou que essa possibilidade está dentro do quantitativo
10 permitido à instituição. A professora informou que a universidade recebeu um ofício do Ministério da
11 Economia que impõe determinações dificultando a contratação de professores substitutos, criando o risco
12 de que faltem docentes em sala de aula caso sejam seguidas as novas exigências de modo estrito, pois, a
13 todo momento, continuam sendo encaminhados à PROGEP pedidos de renovação de contratos de professor
14 substituto. Houve também um enrijecimento da regra que contempla a possibilidade de contratação de
15 professor substituto quando o professor efetivo se afasta para cumprir mandato como Diretor de Centro
16 Acadêmico, não sendo mais possível realizar essa solicitação. Haverá uma reunião da PROGEP com os
17 diretores dos Centros para informá-los quanto a essa impossibilidade. Na última reunião do CONEPE, foi
18 discutida a contratação de professor voluntário com a possibilidade de incluí-lo como titular de uma
19 disciplina obrigatória. É preciso levantar dados na PROGEP, em articulação com a PROGRAD e
20 POSGRAP, sobre esse quantitativo de professores, substitutos e voluntários, professores afastados e
21 professores em exercício em sala de aula, o número de turmas, cargas horárias mínimas e máximas dos
22 professores, estágio docente como obrigação em todos os cursos de pós-graduação – este último é um
23 aspecto que traz mais dificuldades pela obrigação de mudança de regimento dos programas de pós-
24 graduação. Considerou-se também a possível contratação de estagiários para o ensino de certas disciplinas,
25 mas a universidade não dispõe de um programa de estágio, e essa decisão também dependeria de orçamento
26 disponível. Além disso, foi anunciado que 60% do orçamento para contratação foi cortado. A orientação
27 do Prof. Kleber é fazer o levantamento dos dados pertinentes, apresentar oficialmente a deficiência de
28 pessoal docente para que, quando haja o orçamento, a PROPLAN faça o devido planejamento. Os atuais
29 pedidos de renovações provavelmente serão aceitos, mas é clara a necessidade de otimização da força de
30 trabalho. A professora acrescentou que essa situação potencialmente problemática será apresentada em
31 parecer também na próxima reunião do CONEPE. Diante das decisões que forem tomadas pelo Conselho,
32 a gestão definirá a ação a ser empreendida. Ressaltou também a problemática da inadequação da estrutura
33 do organograma da UFS com aquilo que o governo federal requer, inclusive com incongruências nas
34 nomenclaturas dos setores. **9 – O que ocorrer;** O Prof. Américo pediu a palavra para informar que a
35 INFRAUFS voltará a funcionar com todos os servidores na modalidade presencial a partir da segunda-feira,
36 dia 22 de fevereiro, pois é preciso que já atuem com a força de trabalho integral antes do retorno presencial
37 do restante da comunidade acadêmica. Não há empecilhos legais para esse retorno integral dos servidores
38 da INFRAUFS, visto que a portaria nº 241/2020 os considera como serviço essencial. Ressaltou, porém,
39 que ainda há uma resistência de alguns professores e técnicos que estão reticentes quanto ao retorno
40 presencial. O Prof. Américo ratificou que o campus está preparado para receber alunos e professores num
41 retorno presencial, pois o protocolo de biossegurança da UFS é mais exigente que o de algumas unidades
42 de saúde e não vê nenhum problema com os cuidados que estão sendo atualmente tomados. Informou que
43 o protocolo da UFS é inclusive mais completo que o do MEC – que é mais genérico –, ainda que algumas
44 adaptações se façam necessárias ao protocolo atual. O Prof. Pedro Durão questionou o Prof. Américo sobre
45 a obrigação de portar máscara e quais medidas serão tomadas por aqueles que se recusarem a cumpri-la. O
46 Prof. Américo respondeu que deverá ser contatada a Polícia Federal por se tratar de possível crime contra
47 a saúde pública. O Prof. Pedro Durão ainda o questionou se a universidade está com infraestrutura pronta
48 para um retorno presencial de suas atividades. O Prof. Américo respondeu que sim e que o afirma com
49 bastante tranquilidade e segurança. O Prof. Kléber informou que há um contato com a Secretaria Municipal
50 de Saúde de São Cristóvão para se fazer o levantamento das vacinas necessárias que deverão ser reservadas
51 para aplicação na comunidade acadêmica do campus de São Cristóvão. Serão coletados os dados de todos
52 os professores, técnicos e terceirizados. A Reitora destacou a multiplicidade de questões problemáticas que
53 surgem, mas que devem ser tratadas paulatinamente, e a importância de se ter criatividade na busca de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

- 1 soluções alternativas. A Sra. Patrícia Tavares da Auditoria Interna pediu a palavra para informar que está
2 se afastando da coordenação da Audint, agradeceu a todos pelo apoio, e apresentou o auditor André Luis
3 Oliveira Feitosa, que a substituirá a partir de 1º de março. A Reitora *pro tempore* agradeceu à Sra. Patrícia
4 pelo valioso trabalho desempenhado ao longo desses anos à frente da Audint, por toda a instrução e
5 colaboração que realizou junto à gestão, e cumprimentou o Sr. André Feitosa, dando-lhe as boas-vindas.
6 Nada mais havendo a tratar, a Magnífica Reitora *pro tempore*, Profa. Liliádia da Silva Oliveira Barreto,
7 agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, lavrando-se do ocorrido a presente ata, que, achada
8 conforme, será enviada a todos os membros do comitê para leitura e posterior aprovação na próxima
9 reunião.
- 10 **Aprovada em: 15/03/2021, em reunião extraordinária do Comitê Institucional de Governança.**